

# DATALUTA



## BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.  
Presidente Prudente, dezembro de 2013, número 72. ISSN 2177-4463.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

### ARTIGO DATALUTA

**Conflitos entre ruralistas, camponeses e indígenas no Paraná**

### ARTIGO DO MÊS

**A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil**

[www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php](http://www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php)

### EVENTOS

**VII Encontro Nacional da Rede DATALUTA**

UNESP/São Paulo – São Paulo, 17 a 20 de dezembro de 2013

**6º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**

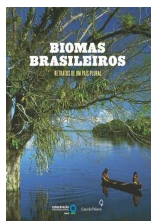
**“Lutar, construir Reforma Agrária Popular”**

Brasília – Brasília, 10 a 14 de fevereiro de 2014

**II Seminário Latino-americano de Geografia, Gênero e Sexualidades**

UNIR/Rondônia – Rondônia, 08 a 11 de outubro de 2014

### PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



**Biomias brasileiros:  
retratos de um país plural.**  
Autor: Fabio Rubio Scarano.

Em um momento em que o tema da sustentabilidade é colocado em pauta como uma questão fundamental para o futuro, a Casa da Palavra, em parceria com a ONG Conservação Internacional, apresenta um panorama completo, inédito e atual dos biomas nacionais. Ao mesmo tempo uma celebração da riqueza natural de nosso país e um ponto de partida para a compreensão da importância global desses ecossistemas: Mata Atlântica, Amazônia, Pantanal, Caatinga, Cerrado, Pampas e o Bioma Marinho.



**Caminhos.**  
Direção: Laiany  
Rose Souza Santos.

O documentário é um registro da vida das camponesas e camponeses do Projeto de Assentamento 13 de Maio. O trabalho realizado pelas mulheres do Projeto de Assentamento 13 de Maio impulsionam a transformação no território, uma vez que contrárias ao monocultivo da cana de açúcar encontraram na produção agroecológica um modelo produtivo que possibilita a resistência, autonomia camponesa e possibilidade de soberania alimentar.

Para ver:  
[https://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=GZBqxUL\\_IQw](https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=GZBqxUL_IQw)



**PodCast Unesp – Pod  
Territorial**  
Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar:

<http://podcast.unesp.br/>

APOIO

Edição: Danilo V. Pereira, Ananda R. F. de Souza (bolsista PIBIC) e Rafael de O. C. Santos (bolsista CAPES).

Revisão: Tiago E. A. Cubas, Leandro N. Ribeiro, Ana Lúcia Teixeira (bolsista ATP/CNPq), Karin G. S. M. de Souza (bolsista PIBIT/CNPq), Hugo A. Alves (bolsista PROEX), Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ) e Rodrigo S. Camacho (bolsista FAPESP). Coordenação: Juliana Grasiéli Bueno Mota (bolsista FAPESP) e Valmir José de Oliveira Valério.

Leia outros números do BOLETIM DATALUTA em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

## **CONFLITOS ENTRE RURALISTAS, CAMPONESES E INDÍGENAS NO PARANÁ**

### **GEOLUTAS<sup>1</sup>**

Grupo de Estudos de Geografia das Lutas no Campo  
[fabrini2@hotmail.com](mailto:fabrini2@hotmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

O campo paranaense é caracterizado pela existência de diferentes conflitos, dentre os quais se destacam aqueles envolvendo proprietários ruralistas e posseiros, sem-terras, indígenas, quilombolas, dentre outros. Atualmente os principais conflitos são aqueles que envolvem de um lado, os sem-terras e indígenas, e, de outro, proprietários rurais do agronegócio latifundiário. A existência de conflitos e lutas indica que existe um problema agrário, uma questão agrária, que não foi resolvida. Esse problema está vinculado, principalmente, à apropriação e uso produtivo ou improdutivo da terra no Paraná.

Esse contexto de conflitos e lutas camponesas e indígenas foi apreendido pelo DATALUTA/PR (Banco de Dados da Luta pela Terra no Paraná) que levantou, a partir de fontes diversas, um conjunto de dados e informações que permitem caracterizar geograficamente tais conflitos e lutas no estado do Paraná.

### **LUTAS CAMPONESAS E INDÍGENAS NO PARANÁ**

As lutas camponesas e indígenas existem no Paraná e desde a década de 1950 houve importante luta no Norte e Sudoeste do Paraná, quando os camponeses posseiros organizaram-se contra a expulsão e despejo violentos de suas terras promovidos por empresas imobiliárias e grandes proprietários que receberam terras do governo deste estado. No final da década de 1970, o oeste paranaense constituiu-se noutra região de lutas com a mobilização e a organização dos agricultores expropriados pela barragem de Itaipu, organizados no Movimento Justiça e Terra, que reivindicava a justa indenização das terras que seriam alagadas. A experiência das lutas contra a Itaipu foi base para o surgimento de um forte movimento de agricultores sem terra no oeste paranaense, o MASTRO (movimento dos agricultores sem-terra do oeste do Paraná). A partir desse momento surgiram outros movimentos regionalizados de sem-terras, como no sudoeste como o MASTES (movimentos dos agricultores sem-terra do sudoeste do Paraná), o MASTEN (movimentos dos agricultores sem-terra do norte do Paraná), dentre outros.

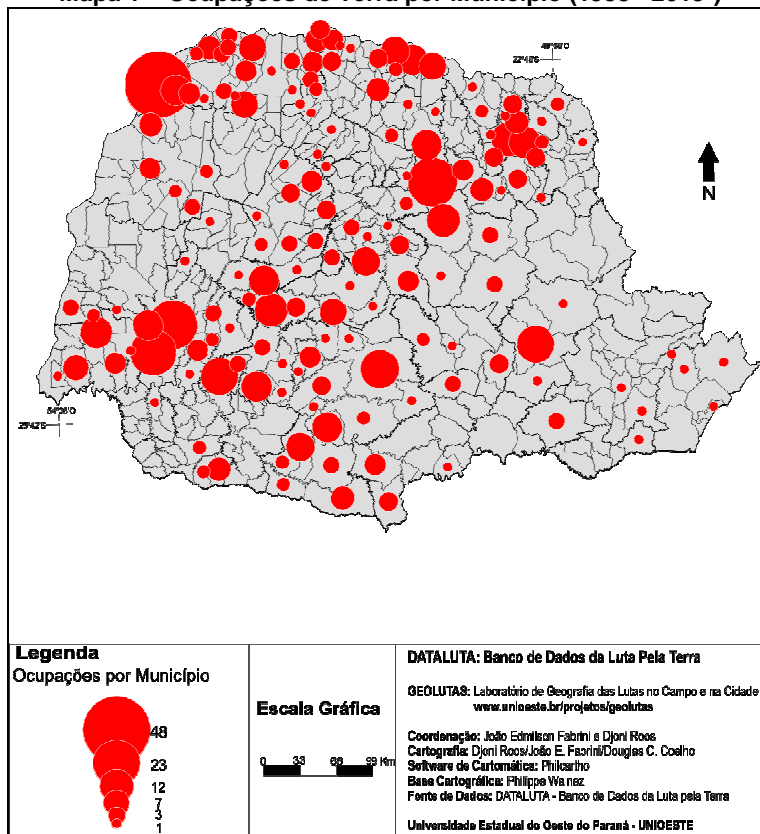
Os movimentos regionais de sem-terras se unificaram estadual e nacionalmente e formaram em 1984, em Cascavel, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A luta dos sem-terra espacializou-se com as ocupações e acampamentos em terras latifundiárias no Paraná. A maior ocupação de terra no Brasil foi realizada no Paraná, em 1996, quando aproximadamente 3.000 famílias acamparam na então fazenda Giacomet-Marodin, com cerca de 83.000 hectares, no município de Rio Bonito do Iguaçu. Resultantes das ocupações de terra foram criados no Paraná, bem como em todo o Brasil, muitos assentamentos de sem-terra.

Os mapas a seguir (mapas 1 e 2) indicam a espacialização das ocupações de terras no período de 1988 a agosto de 2013 no estado do Paraná.

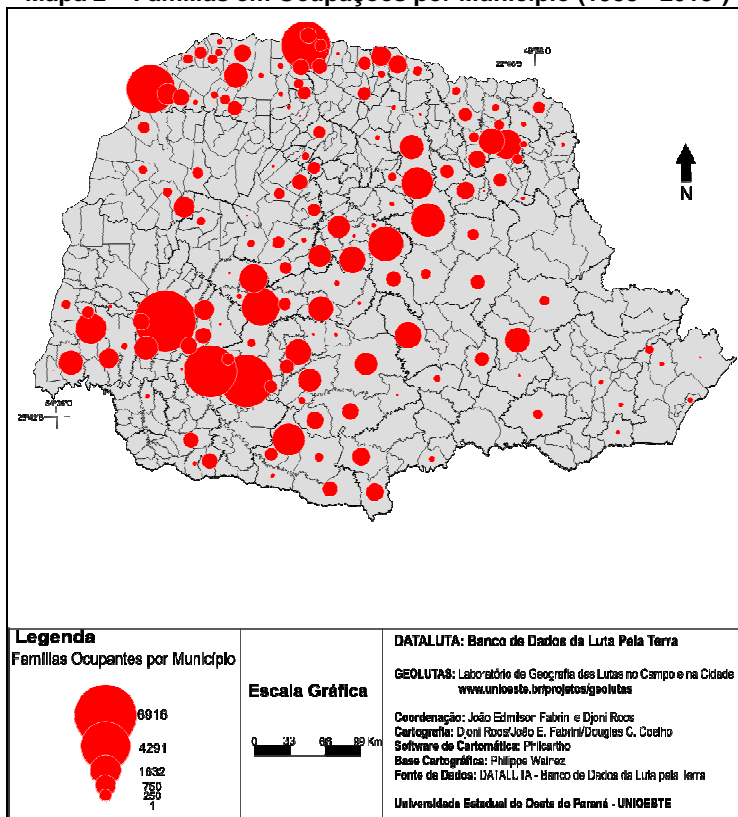
---

1 Texto elaborado por João E. Fabrini; Djoni Roos; Douglas C. Coelho; Daiana C. Refati e Cíntia P. Ineia.  
Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

Mapa 1 – Ocupações de Terra por Município (1988 - 2013<sup>2</sup>)



Mapa 2 – Famílias em Ocupações por Município (1988 - 2013<sup>3</sup>)



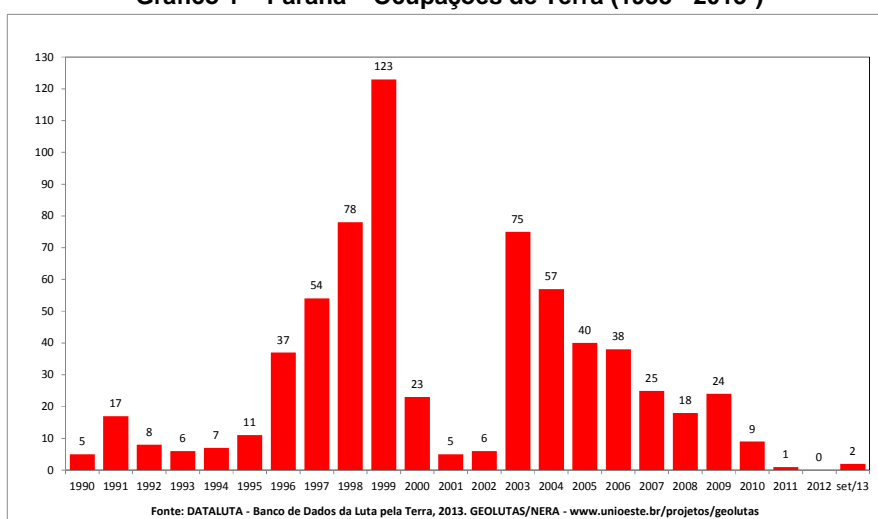
<sup>2</sup> Dados preliminares computados até agosto de 2013.

<sup>3</sup> Dados preliminares computados até agosto de 2013.

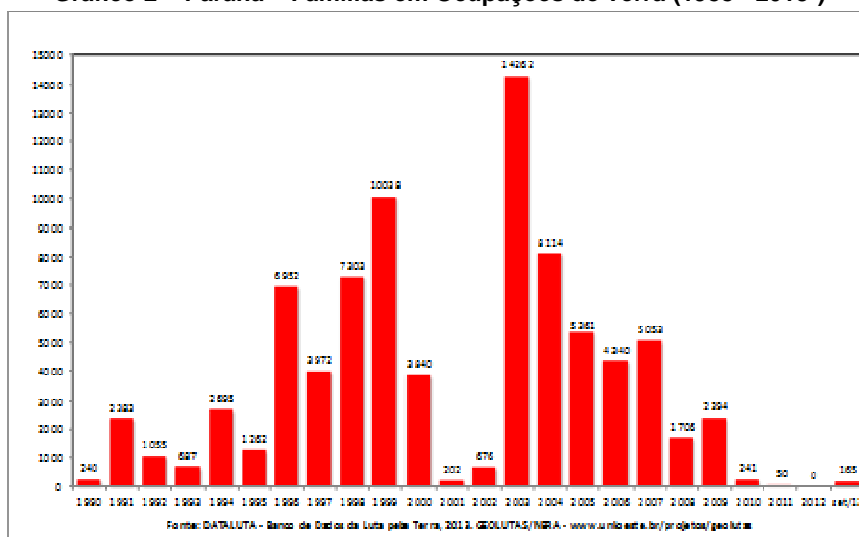
Os movimentos sociais camponeses tornaram-se paradigmáticos nas lutas e resistências no campo paranaense. As fortes mobilizações, sobretudo as ocupações de terras, e as conquistas diversas qualificaram os movimentos de sem-terra, principalmente o MST, como referência nas lutas camponesas nesse contexto. Embora especializadas em todo o estado, no final da década de 1990 e início de 2000, as lutas mais importantes dos sem-terras foram na região Noroeste e, posteriormente, outras regiões, como o oeste e o centro paranaense, re-emergiram como espaço de lutas de sem-terras em vista das contradições sociais e da concentração de terra aí presentes.

Apesar de muito importantes, observa-se atualmente, a partir dos dados levantados pelo DATALUTA/PR, a queda da intensidade das lutas dos sem-terras, sobretudo em relação às ocupações de terras, no Paraná. Os gráficos a seguir (Gráficos 1 e 2), sobre as ocupações de terra no período de 1988 a agosto de 2013, demonstram acentuado decréscimo a partir de 2006.

**Gráfico 1 – Paraná – Ocupações de Terra (1988 - 2013<sup>4</sup>)**



**Gráfico 2 – Paraná – Famílias em Ocupações de Terra (1988 - 2013<sup>5</sup>)**



<sup>4</sup> Dados preliminares computados até agosto de 2013.

<sup>5</sup> Dados preliminares computados até agosto de 2013.

A desaceleração das lutas no campo paranaense, sobretudo dos sem-terras, se insere no contexto nacional, pois em praticamente todas as unidades da federação verifica-se a diminuição das ocupações de terra. Essa desaceleração está relacionada às dificuldades de “base” e “direção” dos movimentos camponeses.

Em relação à “base” ocorrem dificuldades para mobilização “massiva” de famílias dispostas a realizar ocupações de terras latifundiárias. Essas dificuldades ocorrem porque os sujeitos comparam a possibilidade de empregos urbanos, ainda que precários, políticas de valorização do salário mínimo e um sistema de proteção social com a “vida dura” num acampamento de sem-terra. Embora as ocupações criem possibilidade de conquista da terra e de melhores condições de vida, elas são uma “opção” secundária em vista dessa vida difícil de acampamento em que as pessoas ficam acampadas por vários anos, sujeitas e expostas a violências, insalubridades, instabilidades, precárias condições de vida etc. Assim, as lideranças dos movimentos não conseguem reunir grande número de famílias dispostas a realizar ocupações e montar acampamentos em terras latifundiárias.

Somadas às dificuldades de “base”, existem aquelas relativas às de “direção”, pois muitos movimentos consideram que na atual conjuntura agrária o principal inimigo dos camponeses é o agronegócio e o contexto em que este se fortalece e se impõe como modelo de desenvolvimento do campo brasileiro. Nesse contexto, o agronegócio não deve ser combatido com a mesma “ferramenta” que se combatiam os latifúndios, ou seja, com as ocupações de terra. Nesse novo contexto temos como exemplo a “Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida” realizada pela Via Campesina, MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outros movimentos sociais, sindicais e organizações do campo e da cidade; a luta pela educação e moradia no campo; agroecologia, agroindústria, entre outros.

A relação com o Estado também interferiu na capacidade e energia dos movimentos, pois se no passado o governo era visto como adversário e inimigo das lutas, agora é considerado, em determinados aspectos, parceiro de projetos coletivos. Os movimentos, na sua trajetória histórica, acumularam experiências de lutar quando o governo é “inimigo”. Porém, o fato de os governos do PT estarem mais próximos dos movimentos colocou uma nova situação: se o movimento ataca o governo, fortalece os setores conservadores de direita; se alivia, não alcança a reforma agrária e conquistas maiores. Assim, existem dificuldades para os movimentos colocarem a reforma agrária na agenda do governo Dilma, apesar do discurso governamental recente enfatizar o fortalecimento dos assentamentos, com o Programa Terra Forte, por exemplo, uma vez que, segundo o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, “há muitos assentamentos que se transformaram quase em favelas rurais”.

Destaca-se como mudança positiva entre movimentos e governo o diálogo, a atenção às violências cometidas contra membros dos movimentos, criação do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como incentivar infraestrutura para os assentamentos. Mas, neste contexto, deve-se considerar também que ambos os governos, estadual e federal (Beto Richa e Dilma), não compreendem a reforma agrária e a agricultura camponesa como parte de um projeto de desenvolvimento da nação brasileira.

No estado do Paraná, a relação recente entre movimentos camponeses e governo é ilustrativa. Durante os dois mandatos do governador Roberto Requião (2003-2010), a relação foi amistosa, resultado da conduta compreensiva da existência de uma questão agrária no Paraná. A partir de 2011, Beto Richa, do Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

PSDB, assumiu o governo do Paraná. Em vista da capacidade de luta dos movimentos, o governador tomou cuidado para realizar acordos com os movimentos para evitar ocupações de terra no Estado. A instituição, em 2011, da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, se inscreve neste contexto.

A ocorrência de apenas três ocupações de terras no estado, desde 2011 (como demonstrado anteriormente), vem sendo enfatizada pelos meios de comunicação e pelo governo, como a conquista da “pacificação” no campo paranaense. Coube, inclusive, uma recomendação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e da Ouvidoria Agrária Nacional à Organização dos Estados Americanos (OEA) para que o modelo institucional adotado no Paraná para solução de conflitos fundiários fosse usado de exemplo para outras unidades da federação.

A fala do superintendente regional do INCRA no Paraná, Nilton Bezerra Guedes, veiculada pela imprensa (Jornal do Oeste, Toledo, 19/10/2012) também é esclarecedora quanto ao entendimento oficial (estado e União) sobre o processo de “pacificação” no campo paranaense. O superintendente do INCRA afirmou que “O resultado da pacificação no campo no Paraná é fruto do bom entendimento entre governo federal, governo estadual e sociedade organizada”.

As entidades patronais vinculadas ao agronegócio paranaense têm se manifestado favoravelmente às ações do governo estadual de “pacificação” no campo. O presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Ágide Meneguette, destacou a boa relação entre a Federação e a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Governo do Estado do Paraná. Conforme declaração do Presidente da FAEP na Agência Estadual de Notícias do Estado do Paraná em 10/06/2012, “ao contrário do que ocorria no passado recente, a perfeita sintonia entre a FAEP, por meio da sua Comissão de Assuntos Fundiários e da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Governo do Estado tem permitido que o Paraná viva um clima de paz no campo”.

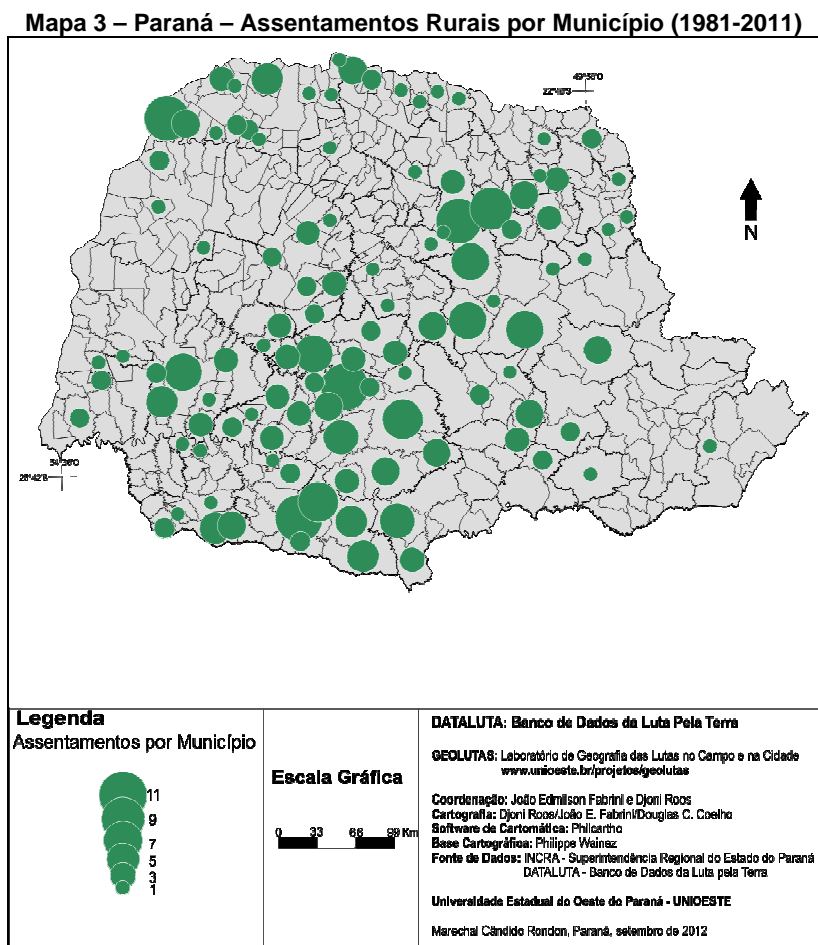
A diminuição da intensidade das ocupações de terra aliada à política governamental de não valorização da reforma agrária é refletida na criação de novos assentamentos de sem-terras no Paraná. Verifica-se expressiva redução no número de assentamentos criados, conforme o Quadro 1, a seguir.

**Quadro 1 – Paraná - Número de Assentamentos Rurais e de Famílias Assentadas (1981-2011)**

ANO	ASSENTAMENTOS	FAMÍLIAS	ANO	ASSENTAMENTOS	FAMÍLIAS
1981	1	15	1998	42	2511
1984	4	334	1999	44	1355
1986	8	801	2000	24	1242
1987	21	801	2001	11	733
1988	7	258	2002	3	384
1989	14	465	2003	2	125
1990	1	32	2004	10	1956
1991	5	179	2005	15	720
1992	15	297	2006	5	282
1993	2	58	2007	7	221
1994	2	134	2008	4	185
1995	27	1375	2010	7	726
1996	10	845	2011	1	58
1997	27	2154	<b>TOTAL</b>	<b>319</b>	<b>18246</b>

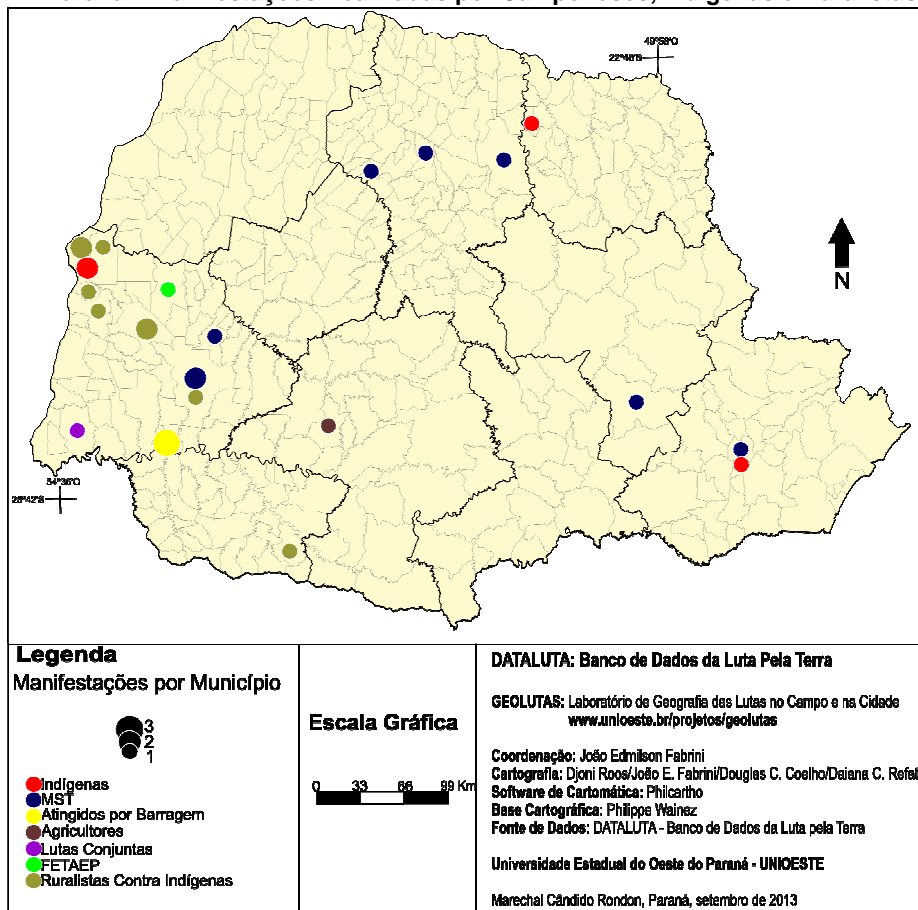
Fonte: DATALUTA/PR - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2012. [www.unioeste.br/projetos/geolutas](http://www.unioeste.br/projetos/geolutas)

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos movimentos de sem-terras, existe um conjunto de conquistas, dentre as quais se destaca a terra de assentamento. O mapa a seguir (Mapa 3) demonstra a espacialização dos assentamentos rurais conquistados pelos sem-terras no estado do Paraná.



Se entre os movimentos camponeses, sobretudo dos sem-terras, observa-se uma diminuição das ocupações de terra, emergiu recentemente com mais intensidade a luta dos indígenas de etnia Ava-Guarani no Paraná. Os dados levantados pelo Dataluta/PR permitem visualizar e apreender a emergência dessas lutas indígenas, acompanhadas de forte reação dos setores ruralistas, sobretudo, no Oeste do Paraná (Guaíra e Terra Roxa), na fronteira entre Brasil e o Paraguai.

O mapa a seguir (Mapa 4) permite verificar o conjunto de mobilizações recentes (2013) realizadas no Paraná, no qual se destacam os conflitos entre indígenas e proprietários ruralistas no Oeste do Paraná.

Mapa 4 – Paraná – Manifestações Realizadas por Camponeses, Indígenas e Ruralistas (2013<sup>6</sup>)

Os indígenas estão presentes na fronteira Oeste do Paraná com o Paraguai antes da chegada dos europeus ao continente americano no século XVI. A partir desse momento instalou-se um contexto de conflitos, principalmente pela posse da terra, nessa região de fronteira, presentes até os dias atuais. Atualmente esses conflitos se expressam, principalmente, no desencontro entre a concepção de organização produtiva não capitalista dos indígenas e a dos proprietários ruralistas, prioritariamente capitalista.

A expulsão dos indígenas se intensificou no momento de avanço da frente colonizadora, na década de 1950, fez muitos migrarem para outras regiões, sobretudo para o estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul e Paraguai. Em vista da expansão do agronegócio, sobretudo de cana-de-açúcar, e a bárbara violência cometida contra os indígenas naquele estado, muitos estão retornando para seu antigo território nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, a fim de retomar terras que lhes pertencem desde passado distante. Esses indígenas, somados àqueles que permaneceram em Guaíra e Terra Roxa por não terem migrado, estão se organizando num importante movimento de luta pela terra, cultura, religião e valores, etc.

Existem nos municípios de Guaíra e Terra Roxa 13 (treze) aldeias resultantes de ocupações rurais e urbanas de indígenas, correspondendo a 140 famílias. As aldeias encontram-se em extrema precariedade, pois não têm garantia de direitos básicos como acesso à água potável, escola, energia elétrica, saúde, etc.

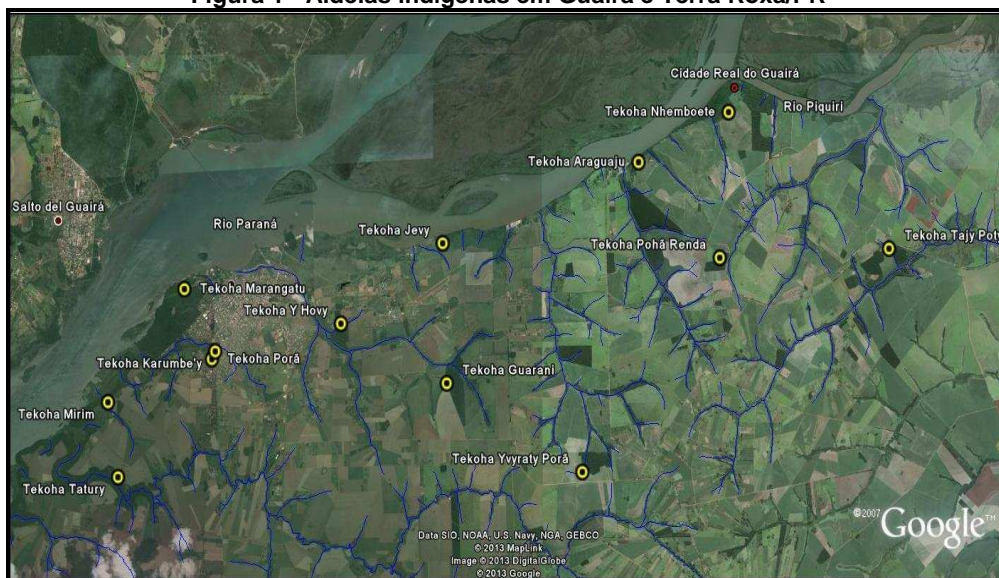
<sup>6</sup> Dados preliminares computados até setembro de 2013.



Existem situações, como o caso de duas aldeias urbanas em Guaíra, que as famílias se encontram instaladas num pântano e próximas ao “lixão” e aterro sanitário da cidade.

A figura a seguir (Figura 1), permite verificar a espacialização das aldeias e ocupações indígenas nos municípios de Guaíra e Terra Roxa.

**Figura 1 - Aldeias indígenas em Guaíra e Terra Roxa/PR**



Fonte: OLIVEIRA, Diogo, 2013.

Os indígenas que estão retornando a Guaíra e Terra Roxa, somados àqueles que permaneceram na região, formam base para organização de um importante movimento social de reconquista do seu território, o que tem provocado a forte reação dos segmentos proprietários, tanto rurais como urbanos, por meio de suas entidades de classes, como Sindicato Rural Patronal e seus apoiadores. Embora estivessem presentes na região desde passado distante (os vários sítios arqueológicos encontrados na região são cabal evidência da sua presença há muito tempo), os indígenas são acusados pelos setores ruralistas e dominantes locais de serem estrangeiros paraguaios que estão invadindo terras no Brasil.

Acrescenta-se que os indígenas são vítimas de forte preconceito e racismo das elites locais e regionais que se reproduz socialmente a partir de notícias veiculadas na imprensa. Os segmentos dominantes locais, apoiados inclusive por autoridades políticas, tais como deputados, prefeitos, vereadores, senadores, dentre outros, incitam ferozmente ações contra indígenas e difundem a ideia que sua existência é um prejuízo social e obstáculo ao desenvolvimento da região; que são estrangeiros paraguaios invadindo o Brasil; que são financiados e apoiados por entidades (ONGs) estrangeiras que estão incomodadas com as pujanças do agronegócio brasileiro; que querem expulsar as populações das cidades para ocupar uma área de 100.000 hectares; que atendem interesses de contrabandistas e narcotraficantes da fronteira; que ameaçam a soberania nacional; dentre outras desinformações e acusações que encontram eco na sociedade local em vista do desconhecimento sobre a organização social, econômico-produtiva, política, ambiental, enfim, a vida dos indígenas. Portanto, está em curso uma forte política anti-indígena promovida pelos ruralistas e apoiada por parlamentares, executivos e o judiciário.

O quadro a seguir (Quadro 2) permite verificar o conjunto de mobilizações recentes realizadas no Paraná pelos setores ruralistas contra os indígenas, no qual destacam-se os municípios do Oeste do Paraná.

**Quadro 2 – Mobilizações de Ruralistas Contra Indígenas - Paraná (2013<sup>7</sup>)**

MUNICÍPIOS	Nº AÇÕES	Nº PESSOAS	ORGANIZAÇÃO	TIPO AÇÕES
Cascavel	1	N.I	FAEP <sup>8</sup> /FAMASUL <sup>9</sup>	Entrega de Manifesto
Toledo	2	300	CDR <sup>10</sup> /Sindicato Patronal	Ato contra demarcação de terras
Guaíra	2	2.000	Sindicato Rural Patronal	Ato contra demarcação de terras, fechamento de rodovia, panfletagem
Terra Roxa	1	200	CACIOPAR <sup>11</sup> /Sindicato Rural Patronal	Ato contra demarcação de terras
Pato Branco	1	N.I	FAEP	Ato contra demarcação de terras
Mal. Cândido Rondon	1	800	ACAMOP <sup>12</sup> /AMOP <sup>13</sup> /Lindeiros <sup>14</sup>	Ato contra demarcação de terras
Mercedes	1	150	ACAMOP/AMOP/Lindeiros/ONGDIP <sup>15</sup>	Ato contra demarcação de terras

**Fonte:** DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2013. GEOLUTAS - [www.unioeste.br/projetos/geolutas](http://www.unioeste.br/projetos/geolutas)

Os segmentos e entidades locais que apóiam as lutas indígenas e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que possui um escritório local em Guaíra, são vistos pelos ruralistas como inimigos do progresso e do desenvolvimento da região. Em vista das mobilizações recentes dos indígenas, a Ministra Chefe da Casa Civil, Gleise Hoffmann, com vista a agradar o setor de agronegócio visando a eleição ao cargo de governadora do Paraná na eleição de 2014, apontou que outros órgãos do governo, como a Embrapa e MDA, além da FUNAI, devem decidir no processo demarcatório de terras indígenas no estado. O entendimento da Ministra é que deve considerar informações e dados da produção do agronegócio para realizar as homologações e demarcações de terras para indígenas.

Mas, ao contrário do que é divulgado na imprensa pelos segmentos dominantes, a demarcação de Terras Indígenas, conforme determina preceito constitucional no seu artigo 231 e 232, trará um conjunto de benefícios, sobretudo ambientais à região, dominada pelos proprietários rurais produtivos e improdutivos. A relação harmônica dos indígenas com a natureza contrasta radicalmente com a produção nas grandes propriedades, altamente dependente do uso de agrotóxicos, que contamina a água e o solo, destrói a vegetação, fauna, rios, etc. A demarcação das terras dos indígenas será oportunidade impar para a formação de um território livre de agrotóxico e venenos diversos. Assim, toda a sociedade, e não somente os indígenas, serão beneficiados com a demarcação de terras indígenas na região.

<sup>7</sup> Dados preliminares computados até setembro de 2013.

<sup>8</sup> Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

<sup>9</sup> Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul.

<sup>10</sup> Conselho de Desenvolvimento Rural dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.

<sup>11</sup> Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná.

<sup>12</sup> Associação de Câmaras de Vereadores do Oeste do Paraná.

<sup>13</sup> Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.

<sup>14</sup> Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.

<sup>15</sup> Organização Nacional dos Direitos de Propriedade.

Acrescenta-se que a demarcação dos territórios indígenas no Oeste do Paraná é uma previsão legal, pois seus direitos estão resguardados e garantidos pela Constituição Federal de 1988. A Constituição, no artigo 231, destaca o seguinte:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 150).

Portanto, a Constituição reconhece o direito às terras, costumes, línguas, crenças, tradições dos indígenas. Mas, somente a lei constitucional não será suficiente para garantir esses direitos dos indígenas, pois o seu cumprimento somente será assegurado a partir das reivindicações, organização e lutas desse segmento social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos apontamentos sobre a relação entre movimentos camponeses e indígenas é possível chegar a um conjunto de verificações. Verifica-se que os camponeses do Estado do Paraná possuem uma trajetória de luta para manutenção ou para entrar na terra, nos quais se destaca a luta dos sem-terras e indígenas. Verifica-se também, que se no passado recente (décadas de 1980, 1990 e 2000) as lutas camponesas dos sem-terras se destacavam na geografia agrária do Paraná, atualmente emergem as lutas dos indígenas, sobretudo na região Oeste do estado. Verifica-se ainda que houve, a partir de 2006, queda substancial no número de ocupações de terra latifundiárias no Paraná em vista das dificuldades diversas enfrentadas para mobilizações “massivas” do principal movimento camponês, o MST. Mas, os conflitos estão presentes no Paraná, até porque há uma questão agrária que não foi resolvida.

## REFERÊNCIAS

AGEGGE, S; STÉDILE, J. P. Entrevista: MST muda o foco. Carta Capital, São Paulo, 01 ago 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/o-mst-muda-o-foco/>>. Acesso em: 03 de setembro de 2011.

BANDEIRA, Toni Juliano et al. O povo guarani no oeste do Paraná: a auto sustentabilidade e a questão das terras. Conexão UEPG. Ponta Grossa: vol.8, N°1, 20 12, p. 110-117.

BONIN, A. A. et al. Luta pela terra e contradições de um projeto comunitário de vida. In:\_\_\_\_\_. Movimentos sociais no campo. Curitiba: Criar Edições, 1987. p. 67-102.

BRASIL. Constituição. Constituição da república federativa do Brasil: Promulgada em 5 de Outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do Estado do Paraná. Relatório dos assentamentos rurais paranaenses. Curitiba, 2012.

BREMBATTI, K. Diminui a tensão no campo no PR. Gazeta do Povo, Curitiba, 13 out. 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=1176253&tit=Diminui-a-tensao-no-campo-no-PR>>. Acesso em: 13 de outubro de 2011.

BUCHI, M. E. Governo federal indica Paraná como exemplo na solução de conflitos agrários. Agência Estadual de Notícias do Estado do Paraná, Curitiba, 10 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=69375>>. Acesso em: 20 de outubro de 2012.

CARIGNANO, J. “Há muitas áreas griladas no Paraná” afirma INCRA. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, São Paulo, 14 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/13044>>. Acesso em: 11 de maio de 2012.

CARTER, M. (Org.) Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DATALUTA-PARANÁ. Banco de dados da luta pela terra no Paraná. Marechal Cândido Rondon: GEOLUTAS, 2005-2013.

GRZYBOWSKI, C. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. 3. ed. Petrópolis: Vozes/Fase, 1990.

MST cobra assentamento para seis mil famílias no Paraná. G1 Paraná, Curitiba, 16 abr. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/parana/noticia/2012/04/mst-cobra-assentamento-para-seis-mil-familias-no-parana.html>>. Acesso em: 26 de setembro de 2012.

OLIVEIRA, A. U. Geografia e os movimentos sociais. Perspectiva Geográfica, Cascavel: Edunioeste, ano 3, n. 3, p. 7-28, 2007a.

O PARANÁ. Índios atuam sob interesses de ONGs e narcotraficantes. Cascavel, O Paraná, 30 de Mar. 2013. Disponível em < <http://www.oparana.com.br/cidades/indios-atuam-sob-interesses-de-ongs-e-narcotraficantes-28969/>>. Acesso em: 27 de Set. 2013.

PRESIDENTE do Incra cumpre agenda de trabalho no Paraná. Jornal do Oeste. 2012. Disponível em: <<http://www.jornaladooeste.com.br/cidade/estado/presidente-do-incra-cumpre-agenda-de-trabalho-no-parana-35098/>>. Acesso em: 22 de outubro de 2012.